

CAPÍTULO 3

A Epopeia e o Épico

A «Alma Portuguesa»

Se o “grupo de Lovaina”, procedente das derrotadas incursões monárquicas comandadas por Paiva Couceiro, havia entrado em contacto com a viragem reaccionária de alguma intelectualidade europeia, apesar da distância do exílio, bem cedo deu sinal de que não se havia alheado do que acontecia em Portugal.

A capa azul da revista *Alma Portuguesa* apresentava, em fundo, desenhadas a negro, as ruínas do Convento do Carmo. D. Nuno Álvares Pereira – a expensas de quem aquele Convento fora construído, antes de se tornar o humilde irmão leigo Frei Nuno de Santa Maria – surgia no primeiro plano, de pé, olhando o céu, com a espada pendente da cinta, o elmo pousado no solo, segurando num abraço a bandeira da Restauração.

No seu primeiro número, como foi referido, logo se anunciava como “órgão do «Integralismo Lusitano»”, explicitando-se, em sub-título, tratar-se de uma “revista de filosofia, literatura e arte, sociologia, educação, instrução e actualidades”.

Era uma revista de jovens estudantes. Domingos de Gusmão Araújo, estudante de Filosofia na Universidade de Lovaina, era o director, o secretário era Francisco Rolão Preto, estudante no Liceu Português da mesma cidade, Ramos Ribeiro era o director artístico.

Era aquela uma revista de jovens que não escondiam, antes proclamavam, a sua juventude: “Aqui estamos, no nosso posto de honra, humildes mas cheios de fé, com a força que nos vem da justiça e grandeza da nossa causa, convencidos de que é, nas curtas mas decisivas horas da mocidade, que se deve construir amorosamente o ideal a prosseguir e a realizar pelo resto da vida, cujo mais alto sentido se encontra na ansia de divino que há em toda a criatura”¹⁸⁷.

Surgiam depois, como que assegurando a iniciativa, o legitimista Ascenso de Siqueira Freire (S. Martinho) como editor, enquanto D. António Álvares Pereira de Melo (marquês de Cadaval) era o administrador. Destinada ao público português, os seus “depositários” apenas cobriam o Norte e Centro do país: a Livraria Cruz, em Braga, Magalhães e Moniz, no Porto, e França Amado, em Coimbra.

Não obstante a expressão “Integralismo Lusitano” figurar desde logo na portada, junto ao sumário era explicado que apenas num dos próximos números se publicaria, entre outras produções do conde de Monsaraz e de Ramalho Ortigão, o artigo “Integralismo Lusitano” da autoria de Luís de Almeida Braga. Desde já, surgia impressa a colaboração de Paiva Couceiro e Alberto Pinheiro Torres¹⁸⁸.

Por agora, os seus propósitos são anunciados pela “Redacção”. Sob o título “Alma Portuguesa”, em síntese, logo nas primeiras linhas: é “preciso que a maravilhosa terra de Nun’Álvares ressurgja; que volte a ocupar o lugar a que tem direito; que viva livre, próspera, honrada e feliz sob a benção de Deus”¹⁸⁹.

Algumas páginas adiante, através de um fragmento de um poema de Alberto de Monsaraz, retirado da *Terra Mater* (em

preparação), evocavam-se “as desgraças da Pátria”, logo volvidas numa prece à Imaculada:

“Naufrágios, bruma, eis tudo quanto avisto;
Meu Deus, perdão; valei-nos, Virgem pura,
Pelas chagas santíssimas de Cristo.

(...)

Cresça, por entre toques a rebate,
Um grito patriótico de alento,
Que aos nossos próprios olhos nos resgate,
E esse entusiasmo, esse ímpeto violento,
Como a aragem febril percorre o Oceano,
Percorra a Pátria e empolgue-a num momento!...”

Restauração da Consciência Portuguesa

Havia, segundo aqueles jovens e antes de mais, que restaurar a *consciência portuguesa*. Portugal prostrara-se numa “tremenda crise” e, “havendo ainda, embora adormecida, uma *alma portuguesa*, consolidada através de milagres de heroísmo e de fé, faltava-nos inteiramente uma *consciência portuguesa*, sem a qual a vida colectiva é impossível”¹⁹⁰.

Em rigor, não se responsabilizava exclusivamente o novo regime republicano; há anos que a decadência se vinha acentuando. A crise que adormecera a *alma portuguesa* tinha raízes mais fundas, manifestando-se agora sob o duplo aspecto de uma crise cívica e religiosa.

O apagamento da “admirável devoção cívica” dos portugueses era o resultado de uma “desastrada orientação política” que

“afastara as forças vivas nacionais da participação nos assuntos que mais as deviam interessar”. Centralizara-se tudo, condenando à morte às energias locais e regionais. Havia direitos sagrados postergados; daí que pouco a pouco “o cidadão fosse perdendo a consciência dos seus direitos e deveres”; esquecendo que “era membro de uma colectividade”; que “fazia parte de uma pátria cujos destinos se confundiam com os seus”; que “o seu supremo dever, como a sua maior glória, era defender, zelar esse património material e moral, laboriosamente acumulado, por tantas gerações”¹⁹¹.

Nas escolas “não se educava. Fornecia-se uma instrução incompleta, falsa, baseada nos maus modelos franceses, meramente verbal e postiça”. “Ao povo ou o deixavam inteiramente inculto ou lhe metiam no espírito e no coração utópicos ideais, mentirosas e irrealizáveis promessas, que o afastavam da vida saudável, benéfica e calma do trabalho, para se lançar em aventuras que, sacrificando-o, preparavam a ruína do país”¹⁹².

Ajuntava-se à crise cívica a crise religiosa: “atacara-se rudemente a crença católica baseando-se no falso princípio da incompatibilidade da fé com a civilização e o progresso”. Ora, com esse ataque “arrancaram às almas a sua única força moral, a única condição possível de verdadeiro progresso, o seu mais forte elemento disciplinador e até a sua única consolação para a rude viagem da vida”. “Daí a indisciplina, a desorganização, o feitiço irreverente e demolidor, a negação do passado, a pavorosa queda do espírito nacional”¹⁹³.

Não havia um, mas dois tipos de responsáveis: “de um lado as classes conservadoras, sem organização, desunidas, sem preparação científica nem princípios firmes, flutuantes, à mercê dos

acontecimentos, sem consistência, com alguns preconceitos revolucionários como justas concessões ao chamado espírito moderno, sem a coragem das suas afirmações, com fé amortecida, incapazes de se defenderem, perdido até o instinto da própria conservação”; do outro lado, “o espírito revolucionário, imperfeito, precipitado, *inadaptável às circunstâncias do país*; mas activo, com aparências sedutoras, audacioso e arrogante, abundante daquelas palavras de ilusão que o povo tem necessidade de ouvir”¹⁹⁴.

Era essa dupla crise – cívica e religiosa – com dois tipos de responsáveis – “conservadores” e “revolucionários” – que levava à “desorganização da nossa sociedade, à falta de espírito nacional, à indisciplina intelectual e moral e à ausência de correntes de opinião, indispensáveis para tornar fecunda e seguramente progressiva a vida da nação”¹⁹⁵.

Ao arrimarem-se mais à presente situação política, afirmavam: “A prometida liberdade transformou-se (...) na mais cruel das tiranias; a fraternidade proclamada converteu-se em terror; a festejada igualdade produziu uma casta, uma oligarquia incompetente e imoral”; “esqueceu-se que as leis e instituições não podem prevalecer se não estando em harmonia com os costumes, tradição, história e desenvolvimento intelectual do povo”; e, não menos importante, “esqueceu-se que as liberdades públicas não podem viver nem florescer senão num meio impregnado de espírito cristão”¹⁹⁶.

“Em vez de se procurar a solução do tremendo conflito social (...) na *democracia cristã*, nos ensinamentos da Igreja, fomentou-se o perigoso movimento socialista, que mais perturba, que anarquiza ainda mais”; “não esqueçamos que foi o Evangelho que trouxe a liberdade à terra, regada pelo sangue de milhões de

mártires; e, portanto que é uma loucura cortar a raiz de uma árvore cujos frutos queremos gozar”¹⁹⁷.

Ainda que em ligeiro esboço, não sistematizado, sempre se avançavam algumas linhas de um programa político tradicionalista, com claros traços de reacção à situação instalada pela República. Aí se increviam: uma “prudente descentralização administrativa”¹⁹⁸; a “representação autónoma das classes nas assembleias legislativas”¹⁹⁹; a “reconstituição do lar português”²⁰⁰; a afirmação do “princípio da autoridade” e a rejeição da tirania²⁰¹; a reforma da instrução pública pelo retorno “às fontes puras de inspiração nacional”²⁰². Como Henrique de Paiva Couceiro haveria de deixar escrito logo adiante, era aquela “a certeza presumível de que tomaremos bom caminho, quando seguirmos pelo contrário daquele que a república seguiu. E nestas palavras se contém um programa completo”²⁰³.

Era aquele um esboço de “programa” político estabelecido sob o signo de um retorno²⁰⁴, concluindo com uma longa exortação ao amor pelos nossos monumentos – “em que nos envolve o rico passado e do qual saímos com melhores disposições morais” -, pelas nossas igrejas, pelas das nossas paisagens. No final, surgia a interrogativa: “Quer isto dizer que fiquemos no passado?”

Era peremptoriamente negativa a resposta: – “Não. Nada do que deixamos dito é incompatível com o progresso reflectido. Pode achar-se em opposição com o tumultuoso agitar das sociedades modernas, mas não com aquela marcha persistente e equilibrada para a perfeição moral, onde reside a verdadeira civilização.

“Que nos mostra o mundo moderno? O advento da democracia? Seja. Mas em que é ela incompatível com o nosso plano?

Onde organização mais democrática que a da monarquia de D. João I? Que instituição mais democrática do que a do juiz do povo? Parece-me ainda ouvir o que um dos membros da *Casa dos vinte e quatro* dizia ao monarca que com a sua presença pretendia influir na decisão de um pleito que aquele tribunal tinha de julgar: «Esta casa é dos vinte e quatro, não cabem cá vinte e cinco»²⁰⁵.

O país a resgatar havia de tornar dos descaminhos em que entrara; “só podia prosperar na *ordem*, na *paz*, no *labor* quotidiano e na *fé*; na fé, que com a sua sanção religiosa e moral aumenta o respeito pela lei civil, é uma regra, uma doutrina de acção social”²⁰⁶.

Só, pois, através de uma “reanimação do movimento cristão” se recuperaria a pátria transviada.

Não iriam estar isolados havendo mesmo exemplos estrangeiros a seguir. E explicitamente propunham-se engrossar esse movimento da reacção católica que se alteava em França e na Bélgica.

No entanto, “descendo ao fundo das coisas não é difícil ver que esse movimento de reacção surge por toda a parte. E se é precipitado concluir pelo regresso à forma monárquica, é lícito concluir que os novos regimes se transformam sob a acção benéfica dos elementos tradicional e cristão. Das forças que Bourget indicava como correctivo ao espírito revolucionário quasi só resta a Igreja. É dela que tem de sair a palavra salvadora; é a ela que vão buscar alento os apóstolos sinceros da verdade e da justiça. Com ela estamos. Quantas vezes se anunciou a sua morte? Mas ela vive, é a maior força moral do mundo e viverá sempre como a verdade de que ela é depositária. Contra os que a caluniam, a tiranizam e a atraçoam – dizia Montalembert – a

Igreja tem sempre uma vingança e uma vitória seguras. A vingança é orar por eles: a vitória é sobreviver-lhes”²⁰⁷.

Em suma, instalada a República como coroamento de uma “desastrada orientação política”, derrotados nas incursões comandadas por Couceiro havia poucos meses, se era agora “precipitado concluir pelo regresso à forma monárquica”, o combate pelo ideal da pátria transferira-se, por força de adversas circunstâncias, do terreno da política prática para o das ideias: aí, toda a prioridade deveria ser dirigida para a proclamação e recuperação da Fé; só pelo reatar dos laços da fé se alcançaria a necessária regeneração de Portugal.

Se, no plano político, eram claramente apontados dois males maiores a combater – a tibieza conservadora e o demagogismo revolucionário, irmanados, no fundo, em torno de um mesmo “espírito moderno” –, e se bem que se apresentassem os contornos de uma via de solução política *tradicionalista*, o ênfase era posto na formação de uma consciência pública – a tal *consciência nacional* a despertar na adormecida *alma nacional* –, reformando o seu espírito, restaurando as suas tradições, continuando a História de Portugal²⁰⁸.

Na derradeira linha daquele artigo de anúncio da *Alma Portuguesa*, a invocação do patrono à luz de cujo exemplo se propunham seguir adiante: “Lutaremos sob a sombra protectora de Nun’Álvares, herói e santo, a mais pura consubstanciação da alma nacional”²⁰⁹.

O neo-romantismo e o processo da Arte contemporânea

E o combate nos planos “da filosofia, da literatura e arte, da sociologia, educação e instrução”, ali mesmo se iniciava.

Domingos Gusmão Araújo, em artigo acerca do romantismo, logo começa por não aceitar as contemporizações de um Emile Faguet para com Jean-Jacques Rousseau²¹⁰. Segundo Gusmão Araújo, dos pontos de vista teológico, moral e social, Rousseau era inapelavelmente condenável. No *Emile*, em *Nouvelle Heloise* e no *Contract Social* – as suas três obras capitais – estavam condensados os erros: no vigário saboiano estava “o apóstolo do deísmo a sobrepor-se ao catolicismo”; na *madame Staël*, “a paixão divinizada”, “a anarquia dos sentimentos”; no *contrato* estava o “culto da canalha, da lama, das ruas, a anarquia social”²¹¹.

Rousseau, segundo Gusmão Araújo, fora “um monstro. Dele saíram todos os paradoxos, e todas as crises; e se nem todos os seus filhos se confundiram com ele, foi, todavia, a semente que germinou, e cresceu para envenenar”²¹².

Apesar de tudo isso, não leva Araújo o seu “requisitório contra o romantismo, ao ponto de não reconhecer nele uma conquista sobre o classicismo. Trouxe-nos a riqueza dos sons, dos ritmos, das cores e abriu o veio do coração. O seu mal foi a indigestão. (...) Os excessos do classicismo provocaram os excessos do romantismo; este morreu de indigestão”²¹³.

A reacção haveria de dar-se; aquele romantismo “tinha de acabar num convento, num cenáculo, no Parnasso. Já não seria coração, seria cinzel. (...) É o reinado da forma dura, marmorea e bem burilada. O receio de um mal, o espectáculo da arte em deliquescência, arrastou a literatura para o outro extremo: a impassibilidade, a arte pela arte. Depois do hospital o convento”²¹⁴. Depois, depois ainda “veio a mania científica, o intelectualismo que tudo prometeu e nada deu”.

Eis porque “hoje se sente uma vaga saudade desses tempos (românticos) de idealismo”. “Daí o desejo de regressar ao idealismo. É a sede do infinito a exprimir-se com fremeção. É o sentimento-motor de actividade, concentrado em volta de uma ideia exterior²¹⁵. É o neo-romantismo”²¹⁶.

“A torrente que desce da montanha em curvas incertas, anárquicas, cantantes e límpidas, de uma harmonia violenta pode ser bela; mas devasta e alaga em vez de fecundar.

“A torrente que desce da montanha em linhas regradadas e medidas segundo a geometria do bom senso, é sublime porque fecunda, adorável porque vitaliza e engrandece”²¹⁷.

Essa “torrente disciplinada” era a que partia da *Colina Inspirada* de Maurice Barrès. Era olhando o exemplo dessa “figura adorável” que Gusmão de Araújo entrevia já “toda uma geração tão idealista e sonhadora como verdadeiramente cristã”; dela saía “o enlace da emoção e da regra, da sensibilidade e do dogma”²¹⁸.

“A campina diz: «eu sou o espírito da terra e dos antepassados mais longínquos, a liberdade e a inspiração».”

“A capela responde: «Eu sou a regra, a autoridade, o laço; eu sou o corpo de pensamentos fixos, a cidade ordenada das almas».”

“A campina replica: «Eu agitarei a tua alma».”

“A capela diz: «Visitantes da campina trazei-me os vossos sonhos para que eu os depure, os vossos impulsos para que eu os oriente». E logo adiante: «Eu sou a pedra que dura, a experiência dos séculos, o depósito do tesouro da tua raça. Vem a mim, se queres encontrar a pedra sólida, a louza onde depôr a tua vida e inscrever o teu epitáfio»”²¹⁹.

Por fim, Gusmão de Araújo conclui em síntese programática: “Idealismo, sim, *romantismo* não. O *romantismo* foi um *estado patológico*. Queremos ter *saúde*. Somos idealistas, mas o nosso idealismo chama-se neo-romantismo, vê em Roma a única condição do seu êxito”²²⁰.

Mas é ainda de Paris que lhe vem o exemplo dessa mocidade que “despede a ironia pessimista, os arcaicos formulários ideológicos, os desregramentos do romantismo, para aderir à disciplina, à regra de acção”. Nela se sintetizava todo um programa, ela que era “inteligente, idealista e activa”:

“Inteligente: compreende a hierarquia natural entre os homens, constata *valores*, apela obstinadamente para as *élites*; idealista e crente: sonha e gradua as suas atitudes pela regra que vem de Roma; activa: reconhece que a virtude reside no esforço, na acção magnífica.”

“Pode haver tipo mais belo?”²²¹.

«Integralismo Lusitano» – Religião e Arte

Chegados ao segundo número da revista surgia, então, pela primeira vez, um articulado de princípios, com a seguinte inscrição por título: “*Integralismo Lusitano*”.

Luís de Almeida Braga vem aí sobretudo pugnar pela “regeneração artística do país”. Não é, em rigor, uma descida das coisas do espírito ao terreno da política prática, ainda que se vislumbrem traços de um articulado de princípios nacionalistas. Religião e Arte conjugadas – eram a síntese e as palavras-chave daquele que era o *programa estético* do “Integralismo Lusitano”.

Abria o seu enunciado uma afirmação do primado da Fé, proclamando com Ruskin – “a religião é a fonte da Arte”. E logo era explicado como entre ambas tinha havido um longo ciclo histórico de casamento perfeito, que vinha da Alta Antiguidade até ao Renascimento: “foi a Religião que inspirou e gerou a arquitectura e escultura do Egipto”; foi da Religião que brotou “a tragédia grega, nascida “dos canticos do povo à divindade – a Ilíada e a Odisseia são actos de fé”; foi a Religião que inspirou os filósofos e os poetas de Alexandria; “toda a arte da Idade Média é cristã: “desde os frescos dos Primitivos”, (...) até às agulhas das catedrais – “que são «Ave Marias» feitas em pedra transparente e leve como fumo de incenso”; também “os tercetos de Dante – escadas de oiro –, as notas incomparáveis de Palestrina”... em todas essas manifestações artísticas “passa sempre a mesma fé, serena e profunda como a sentiu a alma santa de Guido da Vicchio”²²².

Viera depois, com o Renascimento, o prenúncio do divórcio entre Religião e Arte. Embora a pintura italiana do século XV esteja ainda cheia de fé – “de Leonardo da Vinci a Véronése, de Véronése ao candido Murillo” – é com o Renascimento, “deradeira flôr do paganismo, que o vento áspero da Reforma fez pender da haste falsa, levada, pela exaltação da vida, no redemoinho orgíaco dos prazeres magníficos”. É então que a “arte deixa de ser uma missão; perde a sinceridade, a espontaneidade, a simplicidade porque não é já uma maneira de servir a Deus.”

O divórcio seria consumado com os negativistas do século XVIII, ao decretarem a impossível união da Fé com a Ciência. “Logo na alvorada do século imediato os espíritos se ergueram, numa sede de Infinito, para a Religião e para a Beleza. Era

porém uma religiosidade vaga e panteísta, sem raízes na consciência” (...) “e as criações dos românticos tiveram a vida de uma manhã”.

Aprofundou-se nas gerações seguintes o negativismo e a dúvida, de onde brotaram desordens em contradições simétricas: desordem do sentimento e da imaginação (Romantismo), desordem artística e moral (Realismo).

“O Naturalismo rompia assim as duas grandes potências do poeta e do artista, que são a imaginação e a razão, – uma que compõe e fornece documentos, outra que, examinando-os, os transforma, anima e cria”.

Eis de onde haveria de romper a nova ordem estética a quebrar a anarquia em que o positivismo lançara o pensamento contemporâneo – imaginação e razão:

“A nova geração compreende como a ciência é incompleta (...), e como para lá dos fenómenos que ela explica há a Alma, a Vida, todo um largo domínio que as estreitas leis do determinismo não podem abraçar. É tempo de suceder à geração negativista e destrutora uma outra cheia de fé, afirmando e criando, unindo a Verdade e a Beleza, a Fé e a Alegria, a Ciência e a Arte, nessa união que o século XVIII declarara impossível, que o Romantismo tentara artificialmente, que o Naturalismo veio romper, e que se funde hoje, larga e gloriosa, como a pressentira e visionara profeticamente Ernest Hello, o crente.”

Era claro o caminho metodológico a seguir: havia que superar o positivismo, que “restringindo todo o estudo aos dados experimentais, asfixiando todas as aspirações da alma” – porque “a vida não é unicamente o que está debaixo dos nossos olhos ou dos nossos sentidos, é também, e principalmente, o que eles

não podem alcançar e vive dentro e para além de nós”. Ao superar-se o positivismo, porém, não se deveria tombar no Intelectualismo; havia ainda que superar o intelectualismo...

Em síntese, na arte, como na política, tudo se resumia numa palavra: havia que retornar à Fé: “os períodos de crença são os mais belos e construtivos. A Grécia e a Idade Média proclamam-no bem alto e bem claro”.

Não era aquele apenas um programa de portugueses, para portugueses; era, com maior propriedade, a componente portuguesa de uma programa de renascimento artístico pelo reingresso e afirmação do primado do religioso; “é que para os indivíduos, como para a Sociedade o cristianismo é na hora presente a condição única e necessária de saúde e de cura”.

Luís de Almeida Braga não se tem como pioneiro; havia exemplos em que importava atentar, para seguir: era uma vez mais o exemplo apelativo da França, agora referindo-se Balzac, Le Play e Paul Bourget; havia que seguir a França nesse retorno ao “espírito nacional e religioso que andava perdido ou desfigurado”.

O “racionalismo anti-nacional” de «A Águia»

Mas a intervenção da *Alma Portuguesa* vai visar ainda explicitamente atingir a pátria em resposta às primícias de um coevo movimento cultural. Que movimento se estava afirmando em Portugal a que era necessário dar resposta?

Alguns anos mais tarde, Hipólito Raposo testemunhará que a revista *Alma Portuguesa* se “destinava a combater a tendência racionalista e anti-nacional de uma publicação do Porto, intitulada *A Águia* em que se reunia a flôr dos talentos republicanos da época”²²³.

Era a revista *A Águia* o ponto de confluência de intelectuais inicialmente polarizados no Porto, desde Fevereiro de 1907, em torno da *Nova Silva*²²⁴. Lançada pouco depois de implantada a República, a *A Águia* abria, em 1 de Dezembro de 1910, com Manuel Laranjeira enaltecendo o papel dos “homens superiores na selecção social”, logo acolitado por Teixeira de Pascoaes (Joaquim Teixeira de Vasconcelos) saudando a sagrada hora em que o povo português se acabara de libertar da “escravidão e corrupção monárquicas”, começando a “respirar e a viver uma vida mais justa e verdadeira”.

Caracterizava-os um certo aristocratismo do pensamento, no exacto sentido em que o poeta é um “aristocrata” da criação, como se expressavam metaforicamente na sua anunciação: “*A Águia*, sobranceira e altiva, deixa, por instantes, os solitários píncaros da montanha. Soltando gritos heróicos de superioridade, alarga as asas no gesto impetuoso do arranque e já devora os ares, com fervor de vida e luta” – entendia-se a criação como uma elevação, uma comunhão com o Alto, em especial a realizada pelo “Poeta, voz oracular, que convive com o divino”²²⁵.

Mas proclamava ainda Teixeira de Pascoaes a necessidade da defesa das classes populares, “que são o sangue e a alma do país”. O resto, afirmava, era “uma mixórdia europeia sem caracter, sem pátria, um pouco parisiense e romana, um elemento apenas de dissolução e morte”. Seria o “Povo rural e agrícola a quem a terra oferece a sua mão de Noiva fecunda, depois de educado e libertado, (que seria) a base indestrutível duma Democracia rústica e campestre, que há-de dar a sua flôr original e eterna, sob a invocação de Pan e de Jesus”²²⁶.

A *Renascença Portuguesa* pegava nos velhos pergaminhos e propunha-se explicitamente, uma vez que estava proclamada a República, refundar a Nação:

“É preciso dar um sentido às energias intelectuais que a nossa Raça possui: isto é, colocá-las em condições de se tornarem fecundas, de poderem realizar o ideal que, neste momento histórico, abrasa todas as almas sinceramente portuguesas: – criar um novo Portugal, ou melhor, ressuscitar a Pátria Portuguesa, arrancá-la do túmulo onde a sepultaram alguns séculos de escuridade física e moral, em que os corpos se definharam e as almas amorteceram”²²⁷.

E era ainda Teixeira de Pascoaes quem afirmava, nos seguintes termos, alguns dos contornos de um projecto nacionalista-republicano:

“O cinco de Outubro foi já um facto de grande alcance, porque nos livrou da influência de Roma, apagou as lâmpadas de Roma. Agora só nos resta (e será o mais custoso) apagar os fachos de Paris, e guiarmo-nos pela nossa própria candeia, alimentada com o azeite das nossas oliveiras... É preciso educar este Povo dentro da sua personalidade; um vestuário estrangeiro não lhe fica bem; não foi feito para o seu corpo”²²⁸.

Era necessário um ressurgimento de Portugal, mas não à imagem de modelos estrangeiros, antes firmando-se numa verdadeira identidade nacional.

Se Portugal tivera já Camões; tinha agora Pascoaes – a que Jaime Cortesão atribuiu dons mediúnicos e visionários – o revelador da nossa psicologia colectiva a partir de um vincado traço do seu carácter: a *Saudade*.

“[A Saudade] – nas palavras de Teixeira de Pascoaes – era “a personalidade eterna da nossa Raça, a fisionomia característica, o corpo original com que ela há-de aparecer entre os outros Povos”; (...) a Saudade é a eterna Renascença, não realizada pelo artifício das artes, mas vivida, dia a dia, hora a hora, pelo instinto emotivo dum povo: a Saudade é a Manhã de Nevoeiro: a Primavera perpétua: é um estado de alma latente que amanhã será Consciência e Civilização Lusitana”²²⁹.

Depois de 1912 e da fundação da *Associação da Renascença Portuguesa*, converteu-se a revista *A Águia* no órgão daquele grupo portuense de republicanos, reunidos em torno de Teixeira de Pascoaes, com Sampaio Bruno (José Pereira de Sampaio) inspirando-os também em muitos dos seus propósitos²³⁰. Dali se enunciou um claro programa de regeneração cultural, a que logo se juntou uma nova geração apostada em conferir um conteúdo português à jovem República²³¹.

Em Conferência realizada no Ateneu Comercial do Porto, em 23 de Maio de 1912, Pascoaes viria mesmo a entrar no detalhe de um programa de reformas a efectuar pelo novo regime.

No seu entender, este devia começar por atender a uma interpretação das manifestações genuínas da cultura portuguesa e à definição da sua *alma nacional*. Se era a saudade a nossa genuína manifestação cultural, o Saudosismo, ou religião da Saudade, seria a sua verdadeira expressão.

O Saudosismo era uma fusão de Paganismo e Cristianismo, uma expressão religiosa da fusão étnica ária e semita operada no fundo da *alma portuguesa*. A sua fórmula mais perfeita era a Saudade no seu sentido espontâneo, que é desejo e dor “desejo da coisa ou criatura amada, tornado dolorido pela ausência” – “somos o único Povo que pode dizer que na sua língua existe uma palavra intraduzível nos outros idiomas, a qual encerra todo o sentido da sua alma colectiva”. O amor da natureza e da terra e o anti-economismo eram outros tantos traços desse verdadeiro carácter nacional; Portugal era, afinal, e na sua essência, “uma democracia rural e religiosa”²³².

Mas em que é que colidia o projecto dos mentores de *A Águia* com o programa enunciado na *Alma Portuguesa*?

É que, para além do monarquismo de uns, republicanismo de outros, para Teixeira de Pascoaes era necessário afirmar que existia em Portugal uma Igreja Nacional Lusitana. Se o povo português era profundamente religioso, o seu espírito “naturalista e místico, criador da saudade, não foi, nem é, nem poderia ser católico” havendo, aliás, antecedentes de independência face a Roma expressos em S. Pedro de Rates e no rito bracarense.

Era por isso que ao programa enunciado, em Lisboa, de separação da Igreja do Estado, havia ainda que precisar a necessidade de uma separação da Igreja Nacional Lusitana, não apenas do Estado, mas de Roma.

Se, para os homens de *A Águia*, o catolicismo romano estaria já ferido de morte pela legislação anti-clerical da República, a obra não estava de todo defeituosa, apenas incompleta: havia agora que apagar os “*fachos de Paris*” – entre os quais avultava o constitucionalismo francês, esse “estrangeirismo desnacionalizador”.

O que se visava nesse enunciado programático era o “*republicanismo lisboeta*”, caracterizadamente positivista, estrangeirado, cosmopolita, mundialista...

De entre a vária extracção dos visados pela *A Águia*, salientaram-se desde logo alguns nomes eminentes dos referidos estílios positivistas e racionalistas. No jornal *A República*, por exemplo, um numeroso grupo de escritores reagiu abertamente não escondendo animosidade. Nomes sonantes como os de Júlio de Matos, João de Barros, Adolfo Coelho, ou Júlio Brandão, saíram a terreiro contestando as propostas dos homens de *A Águia*. E não que a todos eles se pudesse vestir a roupa “cosmopolita e mundialista”; Adolfo Coelho, por exemplo, enfatizava a dimensão popular de um verdadeiro renascimento nacional a opor ao sabor elitista da *Renascença*. Não seria Adolfo Coelho quem, alguns anos depois, haveria de desancar no programa de alfabetização republicano, criticando a alfabetização como estratégia única da instrução popular em Portugal, e defendendo que apesar do seu analfabetismo o povo é são, e que a alfabetização não é garantia do seu progresso cultural?²³³

Estava, nesse particular, Adolfo Coelho de acordo com aqueles, republicanos e monárquicos, que tinham da cultura uma visão menos ancorada na cultura letrada das *élites*. Ia nesse sentido a reacção da *Alma Portuguesa*.

Sendo certo que existiam algumas afinidades entre os homens de *A Águia* e os rapazes da *Alma Portuguesa* – um certo amor às tradições e aos costumes regionais portugueses, uma especial devoção pela província, ternura pelas coisas simples da terra e do povo, talvez mesmo uma idêntica sintonia com a última novelística de um Eça de Queiroz e com algum do espí-

rito da segunda historiografia de um Oliveira Martins – a verdade é que a *Alma Portuguesa* se apoiava num distinto universo filosófico e religioso.

Domingos Gusmão Araújo, director da *Alma Portuguesa*, aí afirmava, como vimos, programaticamente: “idealismo, sim, romantismo não”²³⁴. Era, como se havia feito questão de explicitar, o programa do neo-romantismo: uma plataforma de conciliação entre a tradição clássica, reinventada por altos espíritos como Henri Poincaré, Richeoin e muitos outros, e a sensibilidade, o coração”; um neo-romantismo, profundamente impregnado de catolicismo, rico de emoções, mas fecundo em actividade²³⁵.

Mas era ainda segundo uma dimensão de carregada intenção histórica que a *Alma Portuguesa* se anunciava.

Enquanto, em *A Águia*, Fernando Pessoa vaticinava para Portugal um lugar privilegiado na civilização, precisando que o lugar de Portugal no século XX poderia vir a ser semelhante ao da Itália no século XV, Luís de Almeida Braga, desde a longínqua Bélgica, vincava o seu diagnóstico *a contrario* por via de alguns exemplos: “Foi porque rompia violentamente com o passado, esperando tudo do individualismo democrático e republicano, julgando assim que a renascença do seu país estava ligada a essa condição imaginária, que o *Risorgimento italiano* e o *Tungen Bund* alemão teve a vida estéril e efémera duma onda perdida no alto mar”²³⁶.

E seria Domingos Gusmão Araújo quem haveria de precisar fundo o sentido da diferença: “O supra-Camões profetizado por Fernando Pessoa na «Águia» não é quem há-de vir enlaçar de novo, renovar o noivado da alma e consciência portuguesa”. O remate soava abrupto, numa afronta ao nervo do projecto de

refundação nacional pela República: “A epopeia cria o épico, mas o épico não cria a epopeia”²³⁷.

“O que é a *alma portuguesa*?” – interrogava Gusmão Araújo.

“Ela é religiosa, mas de uma religiosidade absolutamente sentimental, porque é católica pese embora ao sr. Fernando Pessoa; é tradicional como a alma de todos os povos.”

“Para ele (Fernando Pessoa), a alma é uma ideia-tipo e não uma ideia-representação, ideia de algo que tem leis suas. A alma portuguesa é tradicional e por isso, tudo o que a tradição contém deve entrar no programa do Integralismo Lusitano. E o que ela tem, sabe-o muito bem o sr. Fernando Pessoa.”

“Idealizou uma alma à sua maneira e nela se instalou. Vive no artificial, numa criação subjectiva, absolutamente poética e desastrada. É uma alma inventada. Ora, as almas não se inventam; existem”²³⁸.

À elevação demiúrgica da metáfora de *A Águia* haveriam ainda os integralistas de contrapor a metáfora do Pelicano do mito, dilacerando no próprio peito a carne com que havia de alimentar as futuras gerações; ao intelectual era reservada a sublime, mas humilde, missão de não deixar morrer a Pátria – e o artigo de Gusmão Araújo rematava na sonante exclamativa, “nós queremos agir” –, mas menos como acção de génios iluminados, mais por intermédio de uma modesta acção de prescrutadores e intérpretes de sinais de futuro.

* * *

A *Alma Portuguesa* propunha-se vir a publicar “um artigo crítico sobre a filosofia de Bergson”, apresentar o programa de

um inquérito à instrução em Portugal, dar início a um artigo sobre a Exposição Universal de Gand, vir a abrir uma “secção das glórias portuguesas” a inaugurar com a figura de Nuno Álvares Pereira. Não passaram de projectos. A amnistia de Fevereiro de 1914, decretada por Bernardino Machado, compeliu ao regresso de muitos dos exilados na Bélgica. Para os jovens da *Alma Portuguesa* estavam reservados outros voos.

CAPÍTULO 4 «Hoje a Acção reclama-nos»

O “Grupo de Coimbra” na revista *Dionysos*

Um ano antes de ter surgido em Lovaina o primeiro número da revista *Alma Portuguesa*, havia sido lançada, em Coimbra, a *Dionysos – Revista mensal de Filosofia, Ciência e Arte*.

No lugar de director, a par do professor Aarão Ferreira de Lacerda, surgia o jovem “exotérico” João de Lebre e Lima. Ins-critos como colaboradores, apresentavam-se quase todos aqueles jovens que já aqui ficaram identificados como pertencendo ao “grupo dos exotéricos”.

Tinha aquela participação conjunta um propósito concertado de afirmação? O afã com que muitos deles aí surgiram, publicando versos e prosas, sugere-o²³⁹, o conteúdo do artigo de Simeão Pinto de Mesquita, abrindo o segundo número da revista, parece corroborá-lo.

Pinto de Mesquita, retomando o célebre título do texto de Eça de Queiroz – *Positivismo e Idealismo* (1893) –, versava uma vez mais o tema das duas grandes correntes filosóficas em luta: “o *Positivismo* que dominou por forma quase exclusiva o século findo e o novo *Idealismo* renascente”²⁴⁰.

Não se fazendo uma clara *afirmação católica*, como no ano seguinte viriam a fazer os jovens monárquicos exilados na Bélgica, ali estava já claramente expressa a adopção do programa filosófico do neo-romantismo (designado por “neo-Idealismo”). Tal como o viriam a afirmar Gusmão Araújo e Almeida Braga,